

(emendado pela Lei nº 11.638, de 2007). Essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. **c. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal, tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **d. Destinação do resultado do exercício:** Com base no estatuto social da Companhia, após a constituição da reserva legal serão destinados 25% do lucro líquido para atendimento ao art. 202 da Lei 6.404/76 como dividendos obrigatórios e os 75% remanescentes serão colocados à disposição da Assembleia Geral que, através de proposta da Diretoria, deliberará sobre sua destinação. Dividendos apurados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Lucro líquido	152.876	170.549
Reserva legal 5% (lucro líquido do exercício)	(7.644)	(8.527)
Resultado do exercício a ser destinado	145.232	162.022
Distribuição do lucro do exercício:		
Juros sobre capital próprio	-	47.060
Constituição de dividendos mínimos a pagar (25%)	36.308	30.505
Dividendos à disposição da assembleia geral	108.924	84.457
	145.232	162.022

16. Outras informações: a. Receita líquida de vendas de produtos e serviços

	2020	2019
Venda de produtos e serviços:		
Bauxita	1.558.848	1.243.876
	1.558.848	1.243.876
Tributos:		
Compensação financeira pela exploração mineral - CFEM	(46.765)	(37.316)
	(46.765)	(37.316)
Receita operacional líquida	1.512.083	1.206.560

As vendas de produtos realizadas pela Companhia têm como destinação exclusiva o mercado interno que é direcionado ao seu único cliente, que é a Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A.

b. Custo dos produtos vendidos

	2020	2019
Custos fixos		
Pessoal	(136.877)	(107.574)
Material	(110.168)	(55.388)
Depreciação	(226.903)	(192.167)
Serviços	(111.190)	69.486
Outros	(3.701)	(23.462)
	(588.839)	(448.077)
Custos variáveis	(169.835)	(145.117)
Excedente do custo fixo por redução da produção (a)	(131.213)	(179.003)
Custo dos produtos vendidos	(889.887)	(772.197)

(i) Os custos fixos são alocados baseados na capacidade normal de produção. Desta forma, em função perda de produção, ocasionada pela queda das torres de transmissão de energia em junho de 2020 e redução da produção entre agosto e outubro de 2020 ocasionada pela substituição emergencial do mineroduto, os valores dos custos fixos não alocados aos produtos foram reconhecidos diretamente como despesa no exercício em que foram incorridos, no montante de R\$131.213 em 2020 (R\$179.003 em 2019).

17. Receitas (despesas) operacionais

	2020	2019
Gerais e administrativas		
Pessoal e benefícios	(2)	(5.002)
Material	(280)	(729)
Serviços	(18.448)	(13.235)
Diesel	(1)	(25)
Depreciação, exaustão e amortização	(1.995)	(2.326)
Outros	(2.561)	(3.376)
Pesquisas e desenvolvimentos	(22.806)	(26.107)
Pesquisas e desenvolvimentos com partes relacionadas	(5.396)	(5.934)
	(51.489)	(56.734)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Receita com venda de materiais/sucatas	725	711
Receita com venda de energia elétrica	621	233
Receita com venda de trans, maq, outros equip	4.688	2.412
Receita com venda de energia elétrica - parterrelacionada	2.037	-
Outras Receita com terceiros	30	469
Provisão de obsolescência	3.706	(966)
Custo com baixa de ativos	(17.430)	(4.152)
Provisão trabalhista	(2.530)	(16.164)
Revisão de créditos tributários	2.614	4.509
Serviços contratados (a)	(82.888)	(82.174)
Perdas estimadas valor não recuperável (b)	(98)	(54.523)
Penalidade contratual - Reembolso custo aquisição (c)	(119.889)	-
Doações e patrocínio - TerPaz (d)	(60.000)	-
Despesas Especiais- Covid 19	(29.828)	-
Outras	(17.401)	(11.263)
	(315.643)	(160.908)
	(367.132)	(217.642)

Despesas operacionais

(a) Despesas relativas às despesas com serviços compartilhados. (b) A Companhia reconheceu em 2019 uma redução ao valor recuperável relativos aos direitos minerários localizados em Pitinga no montante de R\$53.174 e um montante de R\$1.348 relativos a baixas de ativos (minerador e tratores). (c) Em função da redução da produção entre agosto e outubro de 2020, ocasionada pela substituição emergencial do mineroduto, por questões contratuais, a Companhia arcou com os custos adicionais incorridos na compra de bauxita e alumina pelas partes relacionadas Alunorte - Alumina do Norte do Brasil S.A. e Hydro Aluminium International S.A. (d) Conforme nota explicativa 14.a.

18. Resultado financeiro

	2020	2019
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	22.306	27.395
Descontos obtidos	4	23
Variações monetárias e cambiais ativas, líquidas	-	3.078
	22.310	30.496
Despesas financeiras		
Encargos empréstimos e financiamentos:	(976)	(1.698)
IOF	(126)	(165)
PIS/COFINS sobre receitas	(1.060)	(1.340)
Variações monetárias e cambiais passivas, líquidas	(7.631)	(6.527)
Outras	(1.712)	(133)
	(11.505)	(9.863)
Resultado financeiro, líquido	10.805	20.633

Carlos Eduardo Neves Diretor-Presidente
Evilmar José da Fonseca Diretor Industrial
Carlos Antonio Vionet Correia Junior Contador - CRC: RJ 117057/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Mineração Paragominas S.A.** - Paragominas - Pará. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Mineração Paragominas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mineração Paragominas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **ênfase:** Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da entidade é realizada com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2021

KPMG KPMG Auditores Independentes Thiago Ferreira Nunes
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador - CRC RJ-112066/O-0

Protocolo: 645614

